

CURSO TÉCNICO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO

Ana Eduarda Batista Soares

Discussão de Gênero e Prostituição: descriminalização e violência física

Rio de Janeiro

2011

Ana Eduarda Batista Soares

Discussão de Gênero e Prostituição: descriminalização e violência física

Monografia apresentada como pré-requisito de conclusão de curso técnico de Vigilância em Saúde integrado ao ensino médio.

Orientadora: Danielle Ribeiro de Moraes

Rio de Janeiro
2011

Ana Eduarda Batista Soares

Discussão de Gênero e Prostituição: descriminalização e violência física

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio
como requisito parcial para aprovação no curso
técnico de nível médio em saúde com habilitação
em Vigilância em Saúde.

Aprovado em ___ / ___ / ___

BANCA EXAMINADORA

(Nome do Componente da Banca Examinadora . Instituição a que pertence)

(Nome do Componente da Banca Examinadora . Instituição a que pertence)

(Nome do Componente da Banca Examinadora . Instituição a que pertence)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	5
2 DEFINIÇÃO DA CATEGORIA GÊNERO	9
2.1 O CORPO FEMININO.....	11
3 GÊNERO E DISCRIMINAÇÃO.....	13
4 GÊNERO E SEXUALIDADE.....	15
5 PROSTITUIÇÃO	21
6 DISCRIMINAÇÃO, PROSTITUIÇÃO E VIOLÊNCIA FÍSICA.....	29
7 CONCLUSÃO.....	33

1 INTRODUÇÃO

Segundo o senso comum, a natureza humana tem como uma de suas características o desejo carnal, a busca pela satisfação dos seus prazeres sexuais, ultrapassando o limite do sexo somente para a procriação. Atualmente a influência que a mídia exerce nas pessoas é muito forte e cada vez mais se encontra nas novelas e programas de televisão um apelo sexual e um desrespeito à censura, fazendo com que todos passem a ter contato com a sexualidade muito precocemente, aflorando e despertando o interesse e o desejo cada vez mais. No cristianismo já podíamos encontrar a abordagem da sexualidade na história de Adão e Eva, onde se utilizava a maçã como metáfora para o desejo e o pecado, evidenciando o fato de que o desejo carnal é um dos mais antigos da humanidade.

Por conta dessa busca cada vez maior por satisfação, surgem dois grupos: aqueles que estão dispostos a pagar para que satisfaçam seus desejos sexuais, e aquelas que oferecem e vendem seu corpo, mais comumente para obterem alguma vantagem financeira, porém não há registros históricos que determinem o período que se iniciou o ato de se prostituir.

Segundo Thornton, nos tempos bíblicos era permitida a prática sexual de homens com meninas de no mínimo 3 anos, desde que o pai estivesse consciente do ato e que o valor oferecido em dinheiro fosse o adequado. Na Antiguidade, o uso de meninas ou mulheres para relações sexuais era regulamentado, ou seja, a prostituição era algo legalmente aceitável e os povos dessa época costumavam cultuar muito o sexo. Os romanos, por exemplo, seguiam uma lei para que o celibato não fosse incentivado e as pessoas que possuíssem vários herdeiros, teriam privilégios. A prostituição era uma atividade reconhecida e legalizada, as prostitutas tinham que pagar impostos ao Estado sobre seus ganhos para que continuassem exercendo seu trabalho, e isso tornavam-nas admiradas pela sociedade. Já na Grécia, o sexo e a prostituição eram temas decorrentes na literatura, nas pinturas e esculturas.

De acordo com Tomiyoshi, na Antiguidade Oriental, a prostituição era praticada para fins rituais, tinha somente o intuito religioso, sem visar a obtenção de vantagens. As mulheres eram escolhidas através da sua beleza e se prostituíam para homenagear as deusas e seus sacerdotes. As prostitutas eram consideradas grandes sacerdotisas, portanto sagradas, e os homens

mantinham relações sexuais com elas tendo o objetivo de comungar com a deusa. A sexualidade e a espiritualidade estavam interligadas, e o sexo era tido como algo purificador. Na antiga Babilônia era comum nos cultos haver rituais sexuais em homenagem à deusas da fertilidade, além de que era costume que toda mulher perdesse a virgindade no templo da deusa Mylita e mantivesse relações sexuais com estranhos em troca de dinheiro, que seria oferecido a deusa.

Com a Revolução Industrial, as mulheres passaram a se incorporar a força de trabalho, mas as condições oferecidas para a realização do mesmo eram desumanas. Por conta disso, muitas começaram a se prostituir em troca de favores dos patrões e capatazes, conseqüentemente, houve a expansão da prostituição e do tráfico de mulheres. As primeiras iniciativas de acabar com a escravidão e exploração sexual surgiram no ano de 1899. Após alguns anos, em 1921, a Liga das Nações, que foi uma organização internacional onde as potências que venceram a Primeira Guerra Mundial se reuniram para negociar um acordo de paz, se mobilizou para tentar iniciar um processo de erradicação do tráfico para fins sexuais. Em 1945, a Organização das Nações Unidas (ONU) denunciou e tentou instaurar medidas para o controle da prostituição mundial. No início do século XX (vinte), os países do ocidente tomaram medidas com a intenção de retirar a prostituição da atividade criminosa para diminuir os lucros dos criminosos, já que no século anterior os grandes grupos do crime organizado começaram a executar a exploração sexual.

Para o campo da saúde, a prostituição é uma atividade cercada de fatores de riscos. Além de estarem suscetíveis às Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST), e entre elas a AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida), os prostitutas e prostitutas estão expostos a todo tipo de violência nas ruas e a agressões verbais, morais e físicas. São comuns queixas de abusos sexuais, roubos, tráfico, sem contar com as humilhações e discriminações sofridas, não só nos locais onde trabalham, mas em todos os lugares que frequentam ou venham a frequentar. Muitas vezes, essas agressões partem dos próprios clientes que, por estarem pagando pelo serviço, se sentem com o poder de praticar o abuso físico, sexual e/ou psicológico. Já que são mulheres que “só dizem sim”, eles supõem que a agressão também deve ter a aceitação delas.

Se tratando de prostitutas, com o tom pejorativo do termo, durante o ato sexual os clientes pensam que elas devem aceitar qualquer tipo de coisa, incluindo qualquer tipo de agressão, xingamentos, ofensas, desqualificações morais, estupros e relações anais sem ter tido o

consentimento prévio da mulher. Segundo as marcas legais do Brasil, é importante retificar que, para qualquer pessoa, só é considerado violência sexual quando os atos são praticados sem que haja consentimento. Caso contrário, se houver consentimento de ambas as partes, ou seja, se essas práticas estiverem incluídas no programa, não pode ser caracterizado como violência sexual.

A imagem pejorativa que o termo prostituta remete, como sendo uma mulher “vagabunda” e sem moral, juntamente com a ideia que a sociedade tem de que a prostituição é algo ilícito e moralmente reprovável, são fatores que as expõem mais ainda à violência no universo social e nos ambientes onde elas exercem suas atividades.

A partir do último quarto do século XX, tornou-se notável a emergência de organizações formadas por prostitutas que reivindicam, além dos seus direitos sociais de cidadania, o reconhecimento da prostituição “como um trabalho qualquer”, que acarreta em direito e deveres. As diversas experiências de organização a partir da década de 1970, seja no âmbito nacional ou internacional, tiveram a luta contra a discriminação e a violência, inclusive da polícia, e a luta pelo reconhecimento da cidadania das prostitutas como questões centrais. Os movimentos brasileiros inicialmente adotaram o uso da expressão “profissionais do sexo”, mas, recentemente, houve um resgate do termo “prostitutas”, pois acreditavam que o novo termo acabava por mascarar o estigma que sempre perpassou a prostituição.

No ano de 1987, quando aconteceu o I Encontro Nacional de Prostitutas, foi elaborada uma estratégia para que fosse garantido o reconhecimento da profissão e a cidadania dessas mulheres. Essa estratégia foi a defesa da criação de uma legislação de associações de diferentes Estados. Dois anos após esse primeiro encontro, aconteceu o II Encontro Nacional de Prostitutas, onde nasceu a Rede Nacional de Profissionais do Sexo, que originou um conjunto de entidades em diversos estados brasileiros. Em 2002, foi aprovada a norma que dividia as ocupações do mercado brasileiro em conjuntos mais amplos, abrangendo grupos de ocupações similares. Dentre esses grupos, está a família “prestador de serviços” que inclui também as denominações “garoto(a) de programa”, “meretiz”, “messalina”, “michê”, “mulher da vida”, “prostituta”, “quenga”, “rapariga”, “trabalhador do sexo”, “transexual” (“profissionais do sexo”), e “travesti” (“profissionais do sexo”), sob a qual as “profissionais do sexo” estão inseridas. Algo que chama

a atenção é a forma com que é descrita a ocupação.

Tomou-se o cuidado para que, além da prestação de serviços de natureza sexual, fossem inseridas outras atividades, como: “atendem e acompanham clientes homens e mulheres, de orientações sexuais diversas; administram orçamentos individuais e familiares; promovem a organização da categoria. Realizam ações educativas no campo da sexualidade; propagandeiam os serviços prestados” (BRASIL,2002). Por outro lado, quando se fala das “características do trabalho”, ao abordar a “formação e experiência”, é ressaltada a importância de haver um acesso as alternativas de geração de renda que visem o abandono da prostituição se forem algo desejado por elas.

A valorização das entidades da categoria e o compromisso dos/as “profissionais do sexo” tem demonstrado ser uma questão crucial para que se possa combater a exclusão e discriminação, além da conquista da sua cidadania.

O Código Penal Brasileiro continua intacto mesmo com as mudanças em termos de liberação sexual que a sociedade brasileira está passando. Mesmo com a tentativa de reformulação do Código Penal Brasileiro, que ganhou força na última década do século XX, as propostas não alcançaram os artigos que se referiam à prostituição, continuando, assim, a criminalização de todas as atividades que fornecem a infraestrutura para seu funcionamento.

2 DEFINIÇÃO DA CATEGORIA GÊNERO

Desde o nascimento, independente do sexo, os papéis sociais de cada indivíduo já estão pré-determinados. Crescemos sob os moldes que estabelecem o que seria próprio e pertencente somente aos homens ou às mulheres. Esse é o cenário que deu origem a construção das desigualdades e sua perpetuação. Sendo assim, coube a mulher ocupar uma condição de subordinação e inferioridade, que é refletida ao longo dos anos através da desvalorização do trabalho feminino, por exemplo (DINIZ E QUEIROZ, 2008).

O mundo é dividido em esferas "generificadas", onde a "divisão sexual do trabalho", questionada pela feminismo, baseou a identidade masculina no seu papel de provedor, e a feminina assumindo a posição de doméstica e de mãe. (Giffin, 2002).

A "divisão de trabalho" se desenvolve sob a premissa de que as mulheres serão inseridas no âmbito doméstico, baseando-se na ideologia que considera o sexo feminino apropriado para a reprodução. Este trabalho de procriar não tem fim, e é essencial para a manutenção da sociedade, porém, não é considerado trabalho de fato porque não é remunerado e, por conta disso, é denegrido e banalizado (DIMEN, 1997).

Os avanços nos estudos de gênero foram muito importantes para constatar que as diferenças de gênero são construídas socialmente e legitimadas pela sociedade patriarcal, derrubando a ideia de que as desigualdades entre os homens e as mulheres eram frutos das diferenças biológicas entre os sexos. Chegar a essa conclusão foi algo de grande contribuição feito pelos estudos de gênero e pelo movimento feminista.

As mulheres enfrentam especificidades relacionadas à escassez e dificuldades ao acesso aos serviços de saúde, além do controle exagerado e medicalização do corpo feminino. São barreiras que descendem da sobrecarga de trabalho e pouco tempo para cuidar de si própria, que ganham reforço através da definição da mulher como "cuidadora dos outros" (Giffin & Lowndes, 1999; Meloni, 1999; Silver, 1999; Valladares, 1999).

Em contrapartida, os homens argumentam que está havendo uma feminilização exagerada dos serviços de saúde, tanto no que se refere ao gênero dos profissionais como em serviços, programas e clientela, queixando-se da falta de espaço e horário para atenção à saúde masculina.

Preocupam-se em questionar a divisão sexual do trabalho, a identidade masculina e a hierarquia entre os gêneros, onde sempre prevaleceu o âmbito masculino, e concluíram que "dominar ensurdece emoções, sentimentos, e encontros... e diminui o espaço humano e as potências de prazer" (RIBEIRO *apud* GIFFIN, 1991:36). O que antes era tido por algumas em termos de "imposição ao gênero feminino", foi retraduzido por outros em "afastamento do gênero masculino", por exemplo, do convívio com os filhos, das decisões reprodutivas, etc. Essa inserção dos homens nos estudos de gênero deu-se acompanhada da relativização do poder do patriarca, que foi reduzido àquele que vende sua força de trabalho individual (GIFFIN, 1994).

Dados recentes sobre áreas urbanas brasileiras de baixa renda, mostraram que estamos passando por uma "transição de gênero", pois os homens estão com cada vez mais dificuldade de garantir uma renda familiar adequada e/ou manter um trabalho estável. Com isso pode-se perceber que as mulheres, além de "ajudar", começam a ser responsáveis pela renda familiar, mesmo tendo filhos menores. Esse fato mostra a necessidade de encarar o gênero como algo relacional e transversal, que está em interação com classe social, raça/etnia, diferenças de geração, capital cultural, entre outros. O gênero pode ser considerado um sistema que atua, juntamente com outros, de maneira interlaçada no plano social, gerando resultados diferentes, às vezes contraditórios, para homens e para mulheres. A feminilização da AIDS ilustra bem esse quadro, mostrando como as vulnerabilidades do gênero feminino não podem ser separadas das vulnerabilidades que resultam da pobreza (GIFFIN, 1994).

A discussão sobre gênero dizia respeito somente a temas como as mulheres, as crianças, famílias e as ideologias de gênero, ou seja, temas que implicavam nas relações entre os sexos. Por conta disso, o gênero continua irrelevante para a reflexão de historiadores que focam sobre o político e o poder. Esse desinteresse faz com que a visão funcionalista pautada na biologia, onde as ideias são separadas (a sexualidade ou a política, a família ou a nação, as mulheres ou os homens) sejam perpetuadas ao longo da história. Descritivamente, o conceito de gênero é diretamente associado ao estudo de assuntos relativos às mulheres. É um novo tema, um novo campo de pesquisa, mas que ainda não tem força suficiente para colocar em discussão e, quiçá, mudar os paradigmas históricos existentes (SCOTT, 1998).

Adotando uma perspectiva foucaultiana, onde o poder é descentralizado e situado além do Estado, estando presente em todos os dispositivos sociais como a sexualidade, a família, a

psiquiatria, etc. Scott (1998) entende a categoria gênero como sendo a forma pioneira de manifestação de poder materializada em quatro dimensões inter-relacionadas que são indispensáveis para que se compreenda a subordinação feminina. A primeira delas é a dimensão simbólica, onde se encontra as representações sociais contraditórias, por exemplo, Maria como símbolo de virtude e pureza, e Eva como símbolo do pecado e da sedução, também separam-se as esposas, que são para casar, das mulheres para ter relações sexuais, no caso as prostitutas. A segunda é a dimensão normativa, composta pelas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas e jurídicas. A terceira dimensão é a organizacional, que engloba as organizações e instituições sociais que ajudam a reforçar as desigualdades entre os dois sexos. E por fim, a dimensão subjetiva, que está relacionada à maneira que interiorizamos e reproduzimos os estereótipos sociais de gênero.

Ainda que haja divergências no campo teórico e intelectual acerca dos modos de compreender e atribuir sentido a esses processos de construção da experiência humana, há de se concordar que a construção do gênero não é algo que se dá no momento do nascimento, determinando um corpo como masculino ou feminino, mas é um processo que dá-se continuamente ao longo da vida (LOURO, 2008).

2.1 O CORPO FEMININO

Podemos considerar o corpo como um agente da cultura por ser uma forma simbólica muito poderosa, porém ele não é somente um *texto* da cultura. O corpo é também um lugar *prático* direto de controle social, onde, através, das maneiras à mesa e dos hábitos de higiene, de rotinas, normas e práticas que parecem ser triviais, transformadas em atividades automáticas e habituais, a cultura "*se faz corpo*" (BORDO, 1997).

Foucault salienta que nossos corpos são treinados, moldados e marcados pela história, predominantemente, de individualidade, desejo, masculinidade e feminidade. Atualmente, comparado à outros períodos, as mulheres estão gastando muito mais tempo com o tratamento e a disciplina do corpo. Sendo assim, os corpos femininos se tornam "corpos dóceis", que são "aqueles cujas forças e energias estão habituados ao controle externo, à sujeição, à transformação e ao "aperfeiçoamento". Induzidas por essas disciplinas, essa busca pela perfeição acaba por despertar um sentimento de carência e insuficiência, o que leva a achar que nunca serão

suficientemente boas. Também há o que podemos chamar de "corpo útil" ao invés de "corpo inteligível". O "corpo inteligível" é composto pelas nossas representações científicas, filosóficas e estéticas a respeito do corpo, ou seja, abrange nossa concepção cultural sobre corpo. Essas mesmas representações podem ser vistas como um conjunto de regras que funcionam como regulamentos que treinam, moldam, obedecem e respondem o corpo vivo, tornando-se assim um "corpo útil", adaptado socialmente (FOUCAULT *apud* BORDO, 1997).

Fatores como a perda da voz e da mobilidade, a incapacidade de sair de casa, a tendência de alimentar os outros enquanto se morre de fome, nos fazem ver que é possível encontrar no corpo de quem sofre a marca de uma construção ideológica de feminidade típica dos períodos em questão. Pode-se notar que o corpo das mulheres perturbadas funcionam como um texto agressivamente descritivo, que insiste e exige ser lido como uma forma de afirmação cultural, uma exposição sobre o gênero.

3 GÊNERO E DISCRIMINAÇÃO

Primeiramente, é fundamental que se defina "discriminação". Segundo o dicionário Aurélio, discriminação é o ato ou efeito de discriminar, que consiste no tratamento preconceituoso dado a certas categorias sociais, raciais e etc. É importante que haja uma separação entre discriminação e preconceito, pois são definições que se confundem. Ainda de acordo com o dicionário Aurélio, preconceito é a idéia preconcebida; aversão a outras raças, credos, religiões. Sendo assim, vemos que a discriminação decorre do preconceito, tornando alguns grupos excluídos ou estigmatizados. A Organização Internacional do Trabalho considera discriminação "toda distinção, exclusão ou preferência que tenha por fim alterar a igualdade de oportunidades ou tratamento em matéria de emprego ou profissão, exceto aquelas fundadas nas qualificações exigidas."

Sendo a humanidade representada pelo sexo masculino, obviamente haverá um movimento de exclusão para com o sexo feminino, que é visto atualmente sem que haja muito esforço. Dallery (1997), baseando-se no feminismo francês, entende que o feminino é a parte reprimida e mal representada na cultura e no pensamento ocidental, pois, para a produção do conhecimento ocidental, é necessário excluir o feminismo, o corpóreo, o inconsciente. Contrastando com feminismo francês, havia o feminismo acadêmico americano, iniciado quando se percebeu que as experiências, a voz e a história feminina estavam sendo distorcidas, pois teorias comportamentais, periodizações da história na historiografia e distinções de estilo na crítica literária estavam sendo feitas sem que houvesse referência às mulheres como objetos de pesquisa, como agentes da história ou como escritoras. Para minimizar esse silêncio feminino, cientistas sociais feministas, se valendo do objeto de estudo antes não explorado, reconstruíram a vida cotidiana das mulheres e exumaram os textos de escritoras que haviam sido marginalizadas, o que enfatizou as diferenças de gênero e acabou por denunciar que teorias dominantes eram tendenciosas, denegrindo as experiências femininas e suas contribuições para a cultura, valorizando apenas as experiências masculinas.

Dimen (1997) afirma que a reprodução social tende a separar vontade e necessidade, sendo vontade associada à idade adulta e masculinidade, e necessidade ligada à dependência passiva e à feminidade. Com base nessa relação, a vontade é considerada superior à necessidade,

e isso se reflete no cotidiano, pois o lado sentimental é sempre visto como frágil e feminino, ou seja, os adultos, principalmente os homens, procuram sempre manter-se distantes de suas necessidades de dependência.

4 GÊNERO E SEXUALIDADE

Atualmente, é indispensável observar que se multiplicaram os modos de compreender, de dar sentido e de viver os gêneros e a sexualidade. Obviamente que junto com a história e a cultura venham as transformações, mas, nos últimos tempos, essas transformações tornaram-se mais aceleradas e/ou visíveis. As novidades se proliferaram. Novos saberes, novas técnicas, novos comportamentos, novas formas de relacionamento e novos estilos de vida vieram à superfície, tornando evidente uma diversidade cultural que parecia não existir anteriormente. Essas transformações começaram a intervir em âmbitos considerados imutáveis e universais (LOURO, 2008).

Hoje em dia, fala sobre sexo é algo, de certa forma, comum para muitas pessoas. Não podemos deixar de considerar que ainda restam alguns mecanismos de controle, repressão e ignorância sobre esse assunto, mas ainda assim, sexo se tornou um tema mais frequente nas conversas do que alguns anos atrás. Primeiramente é necessário considerar os aspectos da sexualidade, já que o assunto é muito abrangente. O primeiro aspecto, não menos importante que o segundo, é o sexo biológico-reprodutivo, que é o sexo como categoria de reprodução, aparelhos reprodutores, naturais ou artificiais, os ciclos menstruais e as diversas formas de reprodução. Tecnicamente, essas informações chegam às pessoas através dos livros e da escola. O segundo aspecto consiste no nível psicossocial, onde as diferenças entre os sexos masculino e feminino se encontram e tentam ser entendidas não como algo "natural", mas como um processo educacional, onde o homem foi educado para ser dominador, forte, altruísta, e a mulher para ser submissa e contida (NUNES, 2005).

Para Foucault, a história da sexualidade consiste na história de nossos discursos sobre esse assunto. Através desses discursos, construímos a sexualidade como um corpo de conhecimento, dando forma ao modo que pensamos e conhecemos o corpo. A experiência da sexualidade não pode ser caracterizada como um "regime de silêncio", pelo contrário, deve funcionar como um incitamento ao discurso sobre o sexo. A sexualidade não tem como razão de ser o reproduzir, mas sim a proliferar, inovar, anexar, inventar, penetrar nos corpos de forma cada vez mais minuciosa e controlar as populações, de maneira cada vez mais global (LOURO, 2000).

As três últimas décadas foram importantes, principalmente no Ocidente, por terem provocado grandes transformações na compreensão e na vivência da sexualidade. Na sociedade

brasileira, as transformações vieram junto com influência dos veículos de comunicação, a televisão principalmente. Os valores, comportamentos, a linguagem, o modo de se vestir, as músicas, os filmes, as formas de relacionamento, todos esses foram influenciados por essas transformações (NUNES, 2005). Louro (2000) concorda com a influência causada por esses meios de informação, e complementa com a internet, muito utilizada atualmente. Através dela, os "sujeitos estabelecem relações amorosas que desprezam dimensões de espaço, de tempo, de gênero, de sexualidade".

A construção dos gêneros e das sexualidades dá-se através de inúmeras aprendizagens e práticas, insinua-se nas mais distintas situações, é empreendida de modo explícito ou dissimulado por um conjunto inesgotável de instâncias sociais e culturais. É um processo minucioso, sutil, sempre inacabado. Família, escola, igreja, instituições legais e médicas mantêm-se, por certo, como instâncias importantes nesse processo constitutivo. Por muito tempo, suas orientações e ensinamentos pareceram absolutos, quase soberanos. Mas como esquecer, especialmente na contemporaneidade, a sedução e o impacto da mídia, das novelas e da publicidade, das revistas e da internet, dos sites de relacionamento e dos blogs? (LOURO, 2008)

Em uma sociedade patriarcal, podemos considerar o patriarcado como sendo um sistema de dominação diferente dos outros, como o racismo e a estrutura de classes, pelo fato de atingir diretamente as relações sociais e o desejo. Cabe entender desejo como "o anseio inconsciente que anima toda ação humana, reduzindo-o ao sexo e depois definindo sexo nos termos politizados do gênero". Nesses moldes, o pronome "ele" acaba sendo representativo da "humanidade". Ao contrário, as mulheres são colocadas em um lugar que as contrapõe aos homens, passam a ser consideradas como algo diferente. Essas diferenças, no âmbito da sexualidade, são construídas desde muito cedo quando o menino olha para a menina e interpreta a ausência do falo como uma deficiência, a partir daí a identidade sexual do menino vai sendo construída, baseada na percepção do outro (DALLERY, 1997). Vale ressaltar que essas diferenças não consistem apenas na anatomia, na exterioridade.

A sexualidade é algo que construímos e está sempre em processo de construção como se fosse algo impossível de ser acabado, e existem espaços de sociabilidade que assumem papel

importante na formação da sexualidade. Ribeiro (2003), realizou um trabalho etnográfico mostrando como estão presentes no processo de socialização a sexualidade e a construção e reprodução dos padrões de gênero entre as crianças. O local escolhido foi a escola, pois podemos considerá-lo um local de controle sobre a linguagem e comportamento sexual das pessoas, produzindo e reproduzindo corpos dessexualizados e disciplinados. Porém, para a felicidade das crianças, nem sempre a fiscalização dos adultos é eficaz. Sendo assim, aproveitam-se desses momentos para colocar em prática brincadeiras onde se utilizam o corpo e suas significações e estabelecerem os códigos sexuais que aquele grupo conhece, como brincadeiras de pegar nas nádegas até aquelas onde os meninos encostam a virilha naquele que se encontra situado à sua frente, colocando as “vítimas” em posição, simbolicamente, de sujeitos passivos, motivos de galhofas e gargalhadas (LOURO *apud* RIBEIRO, 2003).

Através das entrevistas realizadas, constatou-se a presença de uma tendência no discurso feminino que identifica os meninos como sendo os mais interessados pela sexualidade, mesmo havendo aquelas meninas que participam das brincadeiras sexuais iniciadas normalmente pelos meninos. Essas meninas acabam sendo discriminadas pelas outras, que as evitam e impedem de compartilhar as mesmas brincadeiras. Esse fato serve perfeitamente para ilustrar o que foi citado anteriormente, pois estas representações masculinas servem como referência para compararmos o comportamento feminino, marcado pela ingenuidade, passividade, desinteresse pela sexualidade, inocência e vergonha sexual. Tal relação entre feminino e sexualidade, na prática não funciona dessa maneira, pois a mídia vem possibilitando que haja uma inserção maior e precoce no tema, por conta, também, do desrespeito à limites de censura e facilidade ao acesso a quaisquer veículo de informação.

No meio infantil, a sexualidade é tida como obscenidade e é percebida por meio de brincadeiras e jogos eróticos com o corpo, ou seja, é como se a sexualidade fosse diversão e não merecesse diálogos com os adultos e a atenção necessária. Em muitas escolas há ainda um receio das próprias professoras ao falar sobre sexo em sala de aula, pois tem conhecimento de que os pais dos alunos exigem um "silêncio" sobre esse assunto, por achar que essa discussão pertence somente ao âmbito familiar. Um ponto importante nesse estudo foi que se chegou à conclusão de que as professoras mantem um interesse em deixar as crianças ignorantes quanto à sexualidade, temendo que elas se tornem muito conhecedoras do assunto.

A soberania dos homens está presente em outra parte desse estudo etnográfico, onde os meninos relatam que a expectativa é que as meninas não cedam às investidas, afirmando a virilidade masculina e sua condição de macho. A aceitação ou não a essas brincadeiras serve de parâmetro para contrastar meninas “decentes” das “indecentes”, porque a mulher não pode expressar desejo, sendo estigmatizadas quando isso ocorre por terem interesses sexuais tais quais os homens têm na vida diária (RIBEIRO, 2003). Podemos afirmar que o homem consegue separar, e muito bem, sexo de afeto. O afeto é relacionado diretamente como coisa de mulher, pois tendem a se preocupar muito mais com a qualidade, ao contrário dos homens, que estão voltados para a quantidade. A vida sexual masculina consiste em uma aventura a procura do proibido, do misterioso, encarando o sexo de uma maneira estritamente sanitária. As diferenças perpassam o âmbito dos sentimentos e do quantitativo, a maneira como o corpo é visto também são diferentes.

O homem "*não aprendeu a gostar do próprio corpo, a percebê-lo como um ser inteiro*", além disso, "*a grande maioria dos homens fala com grande desenvoltura do seu pênis, das suas experiências sexuais, mas são muito inibidos no que diz respeito ao corpo como um todo*" se referindo ao corpo muitas vezes na terceira pessoa "*ele*"; "*ele vai, ele vem*", *tal como o pênis no ato sexual*". O corpo masculino se resume no falo, ou seja, há uma distinção entre ambas as partes. De forma diferente, as mulheres se identificam com seu corpo, o reconhecem quando se referem a ele utilizando o "*eu*": "*eu vou, eu gosto, eu ando...*" (RIBEIRO, 1991).

Outro espaço de sociabilidade que ainda ocupa uma posição poderosa, responsável por influenciar muitas pessoas, é a Igreja. A Bíblia é um conjunto de livros, cartas e cânticos do povo hebreu a partir do ano 2000 a.C, e conquistou muitos seguidores. Na Bíblia há passagens, já naquela época, que apontam para a sexualidade. No Antigo Testamento consta que a poligamia era norma básica e o divórcio um privilégio masculino, já que os homens podiam repudiar suas mulheres, mas as mulheres não tinham direito de pedir divórcio em nenhuma hipótese e, se flagradas em adultérios, eram apedrejadas. É possível encontrar ainda passagens de repressão à homossexualidade (Lv.22,20, Gn.9,21, o travestismo), (Dt.35,5, a prostituição), (Dt. 23,17 e a bestialidade Lv.18,23). A menstruação era considerada impureza da mulher, punindo com a morte aquela que mantivesse relações sexuais durante esse período e o seu parceiro. O parto também era relacionado com a impureza, o que obrigava a mulher a se recolher e tomar um

banho de pureza. Os hebreus tinham que ser circuncidados como uma prova de aliança com Deus:

Deus disse a Abraão: "Quanto a ti, tu observarás a minha aliança, tu e tua raça depois de ti, de geração em geração. E eis a minha aliança, que será observada entre mim e vós, isto é, tua raça depois de ti: que todos os vossos machos sejam circuncidados. Fareis circuncidar a carne de vosso prepúcio, e este será o sinal da aliança entre mim e vós. Quando completarem oitro dias, todos os vossos machos serão circuncidados, de geração em geração. Tanto o nascido em casa quanto o comprado por dinheiro a algum estrangeiro que não é de tua raça. Minha aliança estará marcada na vossa carne como uma aliança perpétua. O incircunciso, o macho cuja carne de prepúcio não tiver sido cortada, esta vida será eliminada de sua parentela: ele violou minha aliança.

O Novo Testamento continua a condenar a homossexualidade, o adultério, a fornicação e a prostituição. Continua por reforçar o ideal de uma mulher submissa, obediente e seguidora de um celibato. Essas ideias acabaram sendo cristalizadas pela Igreja e servindo de referência para muitos. Os padres são ensinados a enxergar o sexo como algo negativo, exaltar o celibato e repudiar todo sexo. Aprendem que o corpo e a mulher são coisas submissas e que a virgindade significa a pureza, sendo uma forma de identidade cristã. Determinadas seitas também condenavam o sexo, mesmo que dentro do matrimônio, viam o prazer carnal como pecaminoso, o casamento como um exercício de um meretrício demoníaco e a concepção também era uma to do demônio, pois trazia ao mundo humano do pecado uma "alma" pura que pertencia a Deus (NUNES, 1987). Atualmente, é muito forte o discurso da Igreja ressaltando que "sexo só depois do casamento", mas nessa relação sexual ainda prevalece a ideia de submissão feminina. Cabe ao homem "*assumir a posição ativa no ato sexual, enquanto a mulher deve se submeter com a passividade*", e a única posição aceitável durante a relação é a chamada "posição natural" ou "missionária", onde a mulher se deita de costas com as pernas afastadas e o homem sobre ela, por ser considerada um representativo do domínio viril e ser mais favorável para a procriação (RUFFIÉ apud SEIXAS, 1987).

Em um universo onde o poder é extremamente desigual, se torna algo muito difícil o florescer da intimidade. Essas diferenças são frutos de processos discursivos e culturais contínuos. Não são naturais, são naturalizadas. Os discursos da mídia, da igreja, da ciência, das

leis, dos movimentos sociais e com o auxílio da tecnologia, nós, sociedade, aprendemos a viver o gênero e a sexualidade na cultura. São-nos ensinadas novas formas de prazeres e desejos, de oferecer e receber afeto, de amar e ser amado, são formas diferentes em cada cultura, cada época, cada geração. Ampliaram-se as possibilidades de viver os gêneros e as sexualidades, acabando com as certezas. São consequências da contemporaneidade (LOURO, 2008)

Felizmente, a paixão sexual reúne necessidade e vontade. A experiência erótica é extraordinária, situando-se em algum lugar entre o sonho e a vida cotidiana. Movida pelo desejo, não conhece vergonha nem limites. Nela, prazer e poder, dor e amor mesclam-se sem esforço. É algo intermediário, na fronteira entre a psique e a sociedade, entre a cultura e a natureza, entre o consciente e o inconsciente, entre o próprio ser e o outro. (DIMEN, 1997)

5 PROSTITUIÇÃO

Segundo o senso comum, a natureza humana tem como uma de suas características o desejo carnal, a busca pela satisfação dos seus prazeres sexuais, ultrapassando o limite do sexo somente para a procriação. No cristianismo já podíamos encontrar a abordagem da sexualidade na história de Adão e Eva, onde utilizava-se a maçã como metáfora para o desejo e o pecado, evidenciando o fato de que o desejo carnal é um dos mais antigos da humanidade.

Por conta dessa busca cada vez maior por satisfação, surgem dois grupos: aqueles que estão dispostos a pagar para que satisfaçam seus desejos sexuais, e aquelas que oferecem e vendem seu corpo, mais comumente para obterem alguma vantagem financeira. De acordo com o dicionário, o termo prostituição significa “1-ato ou efeito de prostituir(-se).2-comércio sexual profissional.3-modo de vida próprio de quem se prostitui”. Moreno apud Marques (1976) diz que “a história da prostituição existe desde os tempos mais recuados”, e diz ainda que, “a prostituição representa para a mulher, a maneira mais simples e primitiva da luta pela manutenção da vida” (p. 154), porém não há registros históricos que determinem o período que se iniciou o ato de se prostituir.

Nos tempos bíblicos era permitida a prática sexual de homens com meninas de no mínimo 3 anos, desde que o pai estivesse consciente do ato e que o valor oferecido em dinheiro fosse o adequado. Na Antiguidade, o uso de meninas ou mulheres para relações sexuais era regulamentado, ou seja, a prostituição era algo legalmente aceitável e os povos dessa época costumavam cultuar muito o sexo. Os romanos, por exemplo, seguiam uma lei para que o celibato não fosse incentivado e as pessoas que possuíssem vários herdeiros, teriam privilégios. A prostituição era uma atividade reconhecida e legalizada, as prostitutas tinham que pagar impostos ao Estado sobre seus ganhos para que continuassem exercendo seu trabalho, e isso tornavam-as admiradas pela sociedade. Já na Grécia, o sexo e a prostituição eram temas decorrentes na literatura, nas pinturas e esculturas (THORNTON, 1985).

De acordo com Tomiyoshi (2003), na Antiguidade Oriental, a prostituição era praticada para fins rituais, tinha somente o intuito religioso, sem visar a obtenção de vantagens. As mulheres eram escolhidas através da sua beleza e se prostituíam para homenagear as deusas e seus sacerdotes. As prostitutas eram consideradas grandes sacerdotisas, portanto sagradas, e os

homens mantinham relações sexuais com elas tendo o objetivo de comungar com a deusa. A sexualidade e a espiritualidade estavam interligadas, e o sexo era tido como algo purificador. Na antiga Babilônia era comum nos cultos haver rituais sexuais em homenagem às deusas da fertilidade, além de que era costume que toda mulher perdesse a virgindade no templo da deusa Mylita e mantivesse relações sexuais com estranhos em troca de dinheiro, que seria oferecido à deusa. Moreno apud Marques (1976) diz que “a prostituição era altamente rentável para o país e para os ministros do culto, constituindo ainda atração para os estrangeiros” (p. 157). É importante salientar que, àquela época, o número de prostitutas era tão alto que conseguiram leis que lhe conferiam proteção.

Com a Revolução Industrial, as mulheres passaram a se incorporar a força de trabalho, mas as condições oferecidas para a realização do mesmo eram desumanas. Por conta disso, muitas começaram a se prostituir em troca de favores dos patrões e capatazes, conseqüentemente, houve a expansão da prostituição e do tráfico de mulheres (CECCARELI, 2008).

A partir do último quarto do século XX, tornou-se notável a emergência de organizações formadas por prostitutas que reivindicam, além dos seus direitos sociais de cidadania, o reconhecimento da prostituição “como um trabalho qualquer”, que acarreta em direito e deveres. As diversas experiências de organização a partir da década de 1970, seja no âmbito nacional ou internacional, tiveram a luta contra a discriminação e a violência, inclusive da polícia, e a luta pelo reconhecimento da cidadania das prostitutas como questões centrais. Os movimentos brasileiros inicialmente adotaram o uso da expressão “profissionais do sexo”, mas, recentemente, houve um resgate do termo “prostitutas”, pois acreditavam que o novo termo acabava por mascarar o estigma que sempre perpassou a prostituição (RODRIGUES, 2009).

Muitos são os questionamentos acerca dos motivos que levam as jovens a se inserir no mundo da prostituição. Os motivos são os mais variados e dependem da trajetória de vida já percorrida por essas moças, mas uma das razões é a desilusão de chegar na cidade grande, acreditando nas promessas de trabalho fácil, dinheiro e estudo, porém, a desqualificação profissional, o analfabetismo e a documentação irregular fazem com que essas promessas se tornem cada vez mais distantes e as oportunidades mais escassas (TORRES et al. apud BRAGA, 1982)

Nappo et al. (2004) realizou um estudo com 75 prostitutas em São Paulo e São José do

Rio Preto, onde muitas delas relataram que a violência doméstica, juntamente com a situação socioeconômica precária da família, caracterizando uma exclusão socioeconômica, foi o principal motivo que as levou à rua.

"...a saída de meninas para as ruas aumentou a partir da segunda metade da década de 80...e, contrariando a idéia de que o lugar de mulher é em casa, as meninas acabam também indo para as ruas... ressaltando o quadro de pobreza que as leva a procurar ganhar algum dinheiro (p.129). Sendo assim, nesse conjunto de aprendizagem, elas encontram novas regras, descobrindo, então, que seus corpos são algo negociável, onde,...a venda do corpo converte-se em uma forma de combater a fome e o frio..." (p.130). (TORRES et al. apud YANNOULAS apud GOMES, 1996)

Complementando e corroborando com as afirmações acima:

"... que a prostituição vem da pobreza geral, da miséria proletária, da promiscuidade, das habitações coletivas, da falta de educação profissional e de trabalho honesto, dos lares desfeitos e defeituosos, do alcoolismo paterno, da infância desarrimada... desvirginadas muito cedo, antes mesmo da menarca, são varridas de casa pelos pais intolerantes e arbitrários, aliam-se às más companhias, são ultrajadas pelos patrões sem escrúpulos e pelos chefes que exploram sua dependência... que respeitam o anonimato e não lhes pedem qualquer qualificação, a não ser a de seus dotes físicos" (p.146). (TORRES et al. apud HÉLIO GALVÃO apud FRANÇA (1994)

Acerca das condições socioeconômicas, Torres apud Gaspar (1985) afirma que:

"... uma situação econômica precária, marcada pela difícil colocação no mercado de trabalho por baixos rendimentos, e muitas vezes, pela condição de arrimo e chefe de família, é uma forte justificativa para o fato de a mulher se dedicar à prostituição... diante da sua própria situação de penúria e também da de sua família, é necessário que ela se sacrifique por ela e pelos seus. A prostituição surge então como um recurso quase legítimo para a falta de dinheiro" (p. 86)

Portanto, não se deve encarar a existência dessa atividade somente como uma questão de sobrevivência ou como meio para uma rápida ascensão social. Há um conjunto de fatores

diversos, como a mobilidade social e a sociabilidade, de maneira que é impossível unir-se a um modelo rígido, estático e a-histórico, baseados na definição tradicional da prostituição. Esta definição sobre o que é a prostituta é a que mais se aproxima da realidade:

A prostituta é uma pessoa que, por obrigação ou por inclinação, abandona as normas e se marginaliza social, afetiva e sexualmente. Abandona o lar paterno porque foi encorajada a isso ou porque acredita numa liberdade ilusória. Larga a oficina ou o trabalho doméstico e, frente às necessidades, deixa-se envolver por um vizinho, um passante, um taberneiro, um jovem esperto, um dançarino famoso, uma amiga alcoólatra que a leva até um café. Também existem pais mal-intencionados, mães que querem ganhar dinheiro com a carne de sua própria carne, amantes atrevidos e poucos ciumentos que querem garantir o seu fim de mês (Adler apud Sousa, 1991, p.11).

Feministas e outros acadêmicos debatem frequentemente o que, de fato, é negociado e comprado na transação da prostituição. Seria uma relação de dominação? Amor, dependência ou prazer? Além de que, podemos considerar o sexo como um serviço como qualquer outro? Durante os últimos 30 anos, os serviços sexuais se tornaram cada vez mais especializados e tiveram um crescimento muito grande em sua demanda. Contando com o apoio de novas tecnologias, o comércio sexual se expandiu, abrangendo *shows* de sexo ao vivo; textos, vídeos e imagens pornográficas impressas ou difundidas pela internet; clubes fetichistas; casas com apresentações de danças eróticas; agências de acompanhantes; contatos telefônicos e sexo virtual, e turismo sexual (BERNSTEIN, 2008). O Nordeste apresenta índices elevados de turismo sexual, praticado por pelo menos duas formas de agenciamento. A primeira é através dos pacotes de turismos que incluem as adolescentes como atração sexual, e a segunda é a promessa de casamento dessas adolescentes com estrangeiros, as meninas são levadas para fora do país e chegando ao local, são destinadas à prostituição (TORRES et al. 1999)

Bernstein (2008) em seu estudo baseado em observações de campo e entrevistas, derrubou o mito de que a prostituição é um serviço voltado para homens mais velhos que tem dificuldades para encontrar parceiras. Muitos são jovens e andam em grupos, mas há outra categoria, a de homens bem vestidos com ternos e tendo por volta de seus 30 anos, também andam em grupos. Bernstein também classifica o terceiro grupo como sendo o dos solitários, tendo menos de 50 anos.

Para tentar definir o perfil dos clientes das prostitutas, Costa apud Sousa (1986, p.7), julga necessário compreender alguns comportamentos masculinos, afirmando que:

O homem, como "dono do poder", reconhece que algumas condições sociais conquistadas (sair mais cedo de casa, iniciar antes que a mulher a vida sexual, etc), não têm lhe trazido vantagens. O homem não é feliz como parece; de repente, percebe que a relação de dominação que estabeleceu com a mulher fez dele o seu próprio prisioneiro. Oprimido, passou a perceber que o seu espaço é limitado. [...]
O homem acreditou no mito que se fez dele. O homem acreditou que deve ser autoritário, imbatível e único capaz de sustentar a família.

Em relação ao sexo, nem se fala; nada mais resta saber. A sua vasta "experiência sexual" o coloca como responsável pelo orgasmo feminino. Mas, será que alguém que evita tanto o contato, que dificilmente exprime afeto ou que tem tanta vergonha do seu próprio corpo pode ter uma boa vida sexual? Acho que o homem tira muito pouco daquilo que o sexo e o erotismo podem lhe dar.

Os motivos que levam a procura por esse tipo de serviço variam de acordo com as disposições atitudinais, inclusive "problemas socioemocionais", medidos pelos sentimentos de insatisfação física e emocional, por não se sentirem desejados e estarem sexualmente insatisfeitos. Outro motivo, talvez o mais interessante e comum, é o fato de não fazer sexo como uma expressão de amor, o que demonstra uma transição do comportamento sexual relacional para um recreativo, onde a busca pela intimidade sexual é facilitada por seu lugar no mercado. A possibilidade de encontrar uma parceira com características raciais e físicas e idades bem próximas do que o cliente sempre almejou, além da adrenalina e aventura de ter um encontro sexual clandestino e "sem emoções" também levam à procura por esses serviços. Solidão, problemas no casamento, necessidade de ocupar uma posição de poder e controle, o desejo de ser dominado ou de participar de atos sexuais "exóticos" e a excitação de violar tabus, também são grandes motivadores.

Muitos estudiosos se baseiam na premissa de que o sexo comercial serve para suprir as necessidades que deveriam, e seria preferível, ser satisfeitas em um relacionamento íntimo privado, mas para muitos clientes, o mercado é atraente e facilita o acesso a formas desejadas de atividades sexuais fora do âmbito doméstico. Alguns preferem encontros mais íntimos genuínos,

mas delimitado no que se trata de emoções, que acaba sendo "mais real e humano" do que satisfazer-se sozinho (BERNSTEIN, 2008).

Sousa (2000), em seu livro *O cliente: o outro lado da prostituição* considera as prostitutas como um "mal necessário" pelo fato de representarem, consciente ou inconsciente, a má consciência da sociedade tão impregnada pelo puritanismo cristão presente na história brasileira. É desse a partir desse ponto que se inicia o processo de preconceito e discriminação com essas mulheres. Tal processo é motivado pela pensamento moralizador rígido e pelas regras sociais e religiosas impostas que acompanham a formação da família ocidental. Este pensamento acaba levando a definições precipitadas, por exemplo, há uma tendência de se interpretar como ato prostituinte a vida sexual ativa de uma mulher solteira, separada ou viúva, somente pelo fato da não virgindade em mulheres descompromissadas. Passam a ser vistas, muitas vezes, como impuras, profanas e desafiadoras dos mandamentos de Deus, pois, toda relação sexual que não seja com intenção de reprodução é pecaminosa, ou seja, segundo a Igreja, tem seu fundamento na prostituição.

Em seu livro consta a fala de Laury, ex-prostituta francesa, que respondeu o por que dos homens procurarem as prostitutas, afirmando o seguinte:

Porque uma mulher - a mulher deles - os tacharia de loucos. É bem provável. Entretanto, no meio desses homens, raros são aqueles cuja "perversidade" atinge um grau de loucura. Mas a nossa sociedade está longe de ser livre da tabus milenares. Aprendemos que há "coisas" que se devem fazer e outras não. É assim que muitos casais se separam, porque o homem e a mulher não ousaram abandonar-se numa total comunhão carnal. A liberalização dos costumes só chegou aos seus primeiros balbucios. Entretanto, quando conseguirmos tirar todas as interdições que mantêm os casais e os aprisionam numa sexualidade "bom tom", mas medíocre e insuficiente, certos homens, então, não precisarão mais de "suplente" na pessoa das prostitutas, e suas mulheres não serão mais frustradas por esse desabrochamento sexual que também faz parte da vida delas (1983, p.135).

Tal resposta sobre este fenômeno é o que está presente no senso comum, que descarrega na mulher mais uma responsabilidade: a de ser "boa de cama" para prender seus homens, já que, segundo o imaginário popular, todas as prostitutas são "boas de cama" e "fazem de tudo" para satisfazer as necessidades sexuais de seus clientes. O "fazer de tudo" consiste nas variações

sexuais que, provavelmente, amantes e namoradas não aceitariam satisfazer. Novas prestações de serviços vão surgindo conforme a demanda.

Em um contexto trabalhista, sabemos que um operário não é uma coisa e, mesmo sendo pago, tem seus limites como qualquer ser humano. Nessa lógica, surgem algumas representações sobre a prostituição reforçadas pela falta de informação e pelos estereótipos que cercam essa atividade. Dentre elas, talvez a mais comum, refere-se à suposição de que as prostitutas farão tudo que o cliente desejar, primeiro por ela ser prostituta e segundo, por estar sendo paga. Também por estar sendo paga, muitos exigem e acham que, por serem prostituta, tem-se a obrigação de receber a todos sem distinção. A figura da prostituta, por lidar diariamente com o sexo e todas as suas variações, é diretamente ligada a detenção do saber tudo relacionado ao sexo e a sexualidade, o que é um pensamento equivocado, já que muitas não ultrapassam os limites do clássico "papai-mamãe". Outra representação incorporada à prostituta é a teatralização, fingimento, do prazer por meios de gestos corporais, algo muito comum, pois total passividade e/ou falta de interesse durante o ato sexual são coisas que o cliente não suportaria sentir (SOUSA, 2000).

Pode-se concluir que o "ato de pagar pelo serviço" é entendido pelo cliente como liberdade para fazer e exigir qualquer coisa que lhe satisfaça naquele momento. É nesse contexto que muitas vezes essas mulheres se submetem a relações sem o uso de preservativos, ou por exigência do cliente, ou por medo de algum tipo de violência, por já ter afinidade e afeto por alguns clientes mais antigos ou porque os clientes oferecem mais do que o valor cobrado para ter esse tipo de relação. Mesmo tendo conhecimento dos riscos que estão expostas ao não usarem o preservativo, muitas aceitam, pois "entre a consciência e a sobrevivência, a segunda fala mais alto" (TORRES, DAVIM, COSTA apud GOMES, 1996, p.184).

Além dos riscos oferecidos pelas DST's e AIDS, o universo da prostituição também é separado pelo mundo das drogas por uma linha muito tênue. Nappo et al. (2004) realizou um estudo com 75 prostitutas em São Paulo e São José do Rio Preto, onde revelou que 23% delas estavam envolvidas com as drogas, principalmente o crack. Os próprios relatos dessas mulheres, muitas vezes meninas muito jovens ainda, mostram que as drogas já fazem parte da vida na rua, pois as drogas acabam adquirindo um efeito medicamentoso, auxiliando-as a aguentar a vida sofrida que levam a vida na rua e a violência.

Baseando-se em todos esses conceitos e relatos, percebe-se que para que os modelos preventivos para o fenômeno composto pela situação de rua, a prostituição, as drogas e DST/AIDS sejam efetivos, é necessário que haja um entendimento do conceito de vulnerabilidade mais amplo, sendo o somatório de todos esses fatores juntos à idade, ao gênero e ao nível socioeconômico. Em contrapartida, os modelos que se mostram centrados somente na informação e na abstinência se mostram ineficientes pelo fato de não levarem em conta o sujeito e suas crenças, sendo estes fatores centrais para que ocorra mudança de atitude e engajamento nas atividades realizadas, como o autocuidado e o sexo protegido (NUNES e ANDRADE, 2008).

6 DISCRIMINAÇÃO, PROSTITUIÇÃO E VIOLÊNCIA FÍSICA

Considerando o preconceito uma "máquina de guerra" presente nas relações sociais cotidianas, este é usualmente incorporado e acreditado, sendo a mola central e o reprodutor mais eficaz da discriminação e exclusão, gerando violência. A categoria social da inclusão/exclusão foi um marco na sociedade brasileira durante séculos, resultando em uma sociedade hierarquizada, onde diferentes segmentos não tem acesso a deveres e direitos e regem suas relações por diferentes "códigos de honra". Tais diferenças acabam tornando-se objeto de estigma. Uma sociedade que prega a construção diferenciada de seus membros, que admite o acesso particularizado de alguns aos bens materiais e aos bens culturais, e que dá valorização positiva à desigualdade de seus membros, está sujeita à instauração da violência nas suas variantes materiais e simbólicas.

O fato de o preconceito ser moralmente condenado e o ato discriminatório ser sujeito à punição, suas manifestações tornam-se cada vez mais sutis, disfarçadas. Acontece que muitas discriminações acabam se tornando normatizações e algumas já são regras, por exemplo, a exigência de "boa aparência" para se conseguir um emprego. Seja por medo de serem criticadas e excluídas de determinados grupos, ou seja por vergonha, muitas pessoas não assumem seus preconceitos, levando-as a disfarçarem esse sentimento e justificar como racional certos comportamentos que poderiam ser considerados discriminatórios. É nesse contexto que a discriminação cresce e dá margem a práticas de violência, pois, acaba fomentando relações sociais hostis e violentas (BANDEIRA E BATISTA, 2002). Discriminação e preconceito fazem parte de um mesmo binômio, se retroalimentam.

A prática da violência é um fenômeno complexo, enraizado nas relações de poder baseadas no gênero, na sexualidade, na auto identidade e nas instituições sociais e o direito masculino de dominar a mulher é presente em muitas sociedades como a essência da masculinidade. Essa relação de dominação, onde o homem é superior a mulher, faz parte da discussão de gênero e o desenvolvimento desse conceito foi muito importante para mostrar que as diferenças entre os sexos masculino e feminino não se davam somente pela anatomia (órgãos genitais) e que o corpo da mulher não determinava sua condição social (GIFFIN, 1994).

O movimento feminista desde o século XIX tem denunciado a violência contra a mulher,

principalmente as agressões físicas, o assassinato e a violência sexual (BLAY, 2005). Pandjarian, denomina tais tipos de violência como "violência de gênero", que consiste na violência física, sexual e psicológica contra a mulher como manifestação das relações de poder desiguais entre homens e mulheres. Mas seriam apenas estes tipos de violência aos quais as mulheres estão submetidas? Como já foi dito anteriormente, as diferenças entre os sexos também podem ser encontradas no ambiente de trabalho, onde a discriminação com as mulheres acaba acarretando em salários geralmente 40% inferiores aos dos homens e até a negação de uma oportunidade de emprego. Tal fato pode ser considerado uma forma de violência, pois consta nas normas constitucionais que os seres humanos têm direitos iguais sem nenhuma forma de discriminação (BLAY, 2005), podemos chamá-lo de assédio burocrático, como disse o psiquiatra José Manoel Bertole.

Nos últimos anos, a ideia de que as mulheres também são sujeitos de direito internacional veio se consolidando. Fato que evidencia isso é a incorporação da violência contra a mulher no marco conceitual dos direitos humanos. Com isso, a Conferência Mundial dos Direitos Humanos, da Organização das Nações Unidas, realizada em Viena em junho de 1993, no artigo 18 de sua Declaração, reconheceu pela primeira vez que "os direitos humanos das mulheres e das meninas são inalienáveis e constitui parte integrante e indivisível dos direitos humanos universais" e que a violência de gênero é oposta a dignidade e valor da pessoa humana. Consta na Plataforma de Ação de Beijing, em seu parágrafo 124, que os governos devem proceder a fim de assegurar sua eficácia para eliminar a violência contra a mulher e ao investimento na formação de pessoal judicial, legal, médico, social, educacional, de polícia e serviços de imigração, com o fim de evitar os abusos de poder conducentes à violência contra a mulher, e sensibilizar tais pessoas quanto à natureza dos atos e ameaças de violência baseadas na diferença de gênero, de forma a assegurar tratamento justo às vítimas de violência. O Brasil, ao ratificar a Convenção de Belém do Pará (1994), se comprometeu a incluir em sua legislação interna normas penais, civis e administrativas que sejam necessárias para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher e adotar as medidas administrativas apropriadas que venham ao caso; tomar todas as medidas apropriadas, incluindo medidas legislativas, para modificar ou abolir leis e regulamentos vigentes, ou para modificar práticas jurídicas ou consuetudinárias que respaldem a persistência ou a tolerância da violência contra a mulher; estabelecer procedimentos jurídicos justos e eficazes

para a mulher que tenha sido submetida à violência, que incluam, entre outros, medidas de proteção, um julgamento oportuno e o acesso efetivo a tais procedimentos, e estabelecer os mecanismos judiciais e administrativos necessários para assegurar que a mulher objeto de violência tenha acesso efetivo ao ressarcimento, reparação do dano ou de outros meios de compensação justos e eficazes.

Com relação à sexualidade, os instrumentos internacionais de direitos humanos têm evoluído no que diz respeito ao reconhecimento da situação de vulnerabilidade das mulheres. Além dos direitos à vida, à saúde, à igualdade e não discriminação, à integridade corporal e à proteção contra a violência, ao trabalho e à educação, apareceram preocupações relacionadas à reprodução e, nesse contexto, a condição feminina. Vale ressaltar que um direito da sexualidade não deve só dá proteção a um grupo em função do gênero e do sexo, o direito da sexualidade não pode se esgotar na proteção identitária, pois, dessa forma, os rótulos e imposições heterônomas são evitados para que as lógicas que dão força ao machismo e a marginalização, decorrente da imposição de uma determinada visão sobre tal ou qual grupo, não sejam reforçadas. O direito da sexualidade também deve considerar atividades sociais e econômicas relacionadas ao sexo, como no caso das prostitutas (RIOS, 2006). Resumidamente, a justiça contemplou o pressuposto de erradicar as diferenças e visibilizar o valor de 'ser igual, de ser o mesmo' e o pressuposto de cidadania, de 'ser reconhecido como cidadão', por si e diante de todos, porque pertencer a um grupo ou raça não pode ser motivo de julgamento e discriminação (BANDEIRA E BATISTA, 2002).

A tradição dualista, que junta e valoriza a mente/razão, em oposição ao corpo/emoção, é responsável pela construção do sujeito que nega o corpo e as emoções como fontes de conhecimento por considerar que estes interferem no, ou se opõem ao, processo de conhecimento, devendo ser controlados para que se possa conhecer. Esta seria a razão para a desvalorização do corpo/emoção nesta tradição. O autocontrole na tradição dualista consiste basicamente na dominação do corpo e da vida emocional, pois permitem-se as ações, mas não o sentimento. Nesse contexto, o ato sexual se torna fragmentado, pois se dá entre um sujeito e um mero objeto, não significando a união de dois sujeitos, desta forma, o homem tende a restringir-se a um ato individual, o que impede o alcance da qualidade em uma relação. Os homens sofrem da alienação de reprimir as partes consideradas femininas da sua própria personalidade, sendo

totalmente direcionados à razão, inclusive no que diz respeito ao sexo, exigindo um afastamento do emocional para que se mantenha a diferença entre o masculino e o feminino, ou seja, para que continue existindo uma superioridade masculina em relação às mulheres. Nessa tradição, a razão e o controle são a base da identidade masculina, onde o corpo é uma ameaça constante à razão, ao controle e à própria identidade masculina (GIFFIN, 1994).

Na esteira desse caminho de risco, as prostitutas são alvos frequentes da violência de seus clientes, principalmente pelo fato de que o pagamento é considerado por eles uma forma de poder, que lhes confere direito de abusar fisicamente, sexualmente e psicologicamente. A imagem da prostituta ainda considerada "vagabunda" e sem moral, também faz com que se tornem mais submissas e vulneráveis aos clientes e a violência. Nolasco (1988,1995) aponta que o desemprego e a desestruturação de identidade masculina, que também é um dos motivos que leva os homens a procurarem prostitutas, são motivos para atos de violência. Na sociedade contemporânea, o poder do masculino foi deslocado para o corpo, fazendo com que o "reino genital" passasse a ser uma "usina de poder", transformando as relações sexuais, que antes eram do âmbito "da relação", para uma problemática "da carne".

7 CONCLUSÃO

Diante dessa problemática, cabe, além de tudo, o questionamento sobre o que leva as mulheres a se inserirem nessa atividade e se o fator financeiro é o que realmente pesa. É necessário compreender que nessa relação entre profissional do sexo e cliente, o corpo é encarado como mercadoria. Não é válida a interpretação pela metade, desprezando a totalidade do indivíduo, da mulher. Existe em questão a discussão que envolve a cidadania e a autonomia e responsabilidade com o próprio corpo. Para que essa visão pejorativa acerca das prostitutas enfraqueça, se faz necessário uma política educacional e social que dê respaldo a essas mulheres, acima de tudo.

A prostituição desafia a ponderação da liberdade de emprego do próprio corpo em atividades econômicas para o exercício da autonomia sexual. Com um histórico repleto de danos às mulheres através da exploração sexual, que atua em um contexto onde o consentimento é muitas vezes inexistente, por conta das ameaças e da violência, ou até mesmo por situações de absoluta necessidade, a legislação internacional de direitos humanos enfatiza a intolerância da exploração sexual e de todas suas atividades preparatórias e correlatas: capacitação, transporte, acolhida, pagamento e tráfico de mulheres, todos visando à exploração da prostituição (RIOS, 2006). Porém, essas mulheres estão igualmente submetidas à violação do direito do trabalho e em condições dignas, pois a prostituição garante a elas uma forma de renda e subsistência dentro do mercado capitalista (NUNES E ANDRADE, 2009).

Atualmente a violência contra a mulher praticada dentro ou fora do âmbito doméstico-familiar tem se tornado matéria relevante nas declarações das Conferências de direitos humanos e nas convenções internacionais de proteção aos direitos humanos, o que traz a mulher para um plano mais superior nas discussões, conquistando seu espaço e seus direitos. Para abordar o tema da violência, é preciso confrontar as definições de gênero, já que discriminação e violência são fenômenos relacionados às desigualdades de gênero. O que cabe ser feito é a elaboração de um direito da sexualidade, aumentando os direitos das mulheres, onde os princípios da liberdade e da igualdade prevalecem, evitando perigos como a violência, por exemplo (RIOS, 2006). Segundo a Organização Mundial da Saúde, esse fenômeno da violência contra a mulher ocorre em todos os países, independente da classe social e devido à sua magnitude pode-se considerar a violência contra a mulher uma questão de saúde pública (BLAY, 2005).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, G. **Jovens acham que prostituta é saco de pancada**. Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, 2007. [Citado em: 4 out. 2008]. Disponível em <http://www.nevusp.org>

BANDEIRA, Lourdes e BATISTA, Analía Soria. **Preconceito e discriminação como expressões de violência**. Rev. Estud. Fem. vol.10, no.1, Florianópolis, Jan. 2002.

BASS, Ellen; THORNTON, Louise. **Nunca contei a ninguém**. São Paulo: Harper e Row do Brasil Ltda, 1985.

BERNSTEIN, Elizabeth. **O significado da compra**: desejo, demanda e o comércio do sexo. Cad. Pagu no.31 Campinas July/Dec. 2008

BLAY, Eva Alterman. **A violência no âmbito familiar e suas repercussões na relação de trabalho**. I Congresso internacional sobre mulher, gênero e relações de trabalho. Goiânia., may 2005.

BORDO, Susan R. e JAGGAR, Alisom M., **Gênero, corpo, conhecimento**. Trad. Britta Lemos de Freitas, Rio de Janeiro, ed. Rosa dos Tempos, 1997.

CECCARELLI, Paulo Roberto. **Prostituição**: corpo como mercadoria. Rev. Mente & Cérebro – Sexo, v.4 (edição especial), dez. 2008.

DINIZ, Maria I., QUEIROZ, Fernanda M. **A relação entre gênero, sexualidade e prostituição**.

FRANÇA, Kelly B. **Corpo, gênero e sexualidade**: discussões. Rev. Estud. Fem. vol.13, n.1, Florianópolis, Jan./Apr. 2005. Divers@ Rev. Elet. Interdisc., Matinhos, n. 0, v. 1, p. 2-16, jan./jun. 2008

GIFFIN, Karen. **Pobreza, desigualdade e equidade em saúde**: considerações a partir de uma perspectiva de gênero transversal. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, vol.18, p.103-112, 2002

GIFFIN, Karen. **Violência de gênero, sexualidade e saúde**. Cad. Saúde Pública, vol.10, Rio de Janeiro, 1994.

GOMES, Romeu, MINAYO, Maria Cecília de S. e FONTOURA, Helena Amaral da. **A prostituição infantil sob a ótica da sociedade e da saúde.** Rev. Saúde Pública, 33 (2): 2-9, 1999. Disponível em <<http://www.fsp.usp.br/~rsp>>

JIMENEZ, Luciene e ADORNO, Rubens C.F. **O sexo sem lei, o poder sem rei:** sexualidade, gênero e identidade no cotidiano travesti. Cad. Pagu, Campinas, n.33, jul/dez. 2009.

LOURO, Guacira L. **Gênero e sexualidade:** pedagogias contemporâneas. Pro-Posições, vol.19, n.2, Campinas, May/Aug. 2008

MARQUES, J. B. A. **Marginalização:** menor e criminalidade. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1976.

MORENO, Elisângela de C. **Prostituição infantil:** o mercado dos inocentes. Faculdade de direito de Presidente Prudente, São Paulo. 2005

MOREIRA, Isabel C.C.C e MONTEIRO, Claudete F. de S. **Vivência da entrevista fenomenológica com prostitutas:** relato de experiência. Rev. Bras. de enfermagem, v.12, n.5, set./out. 2009.

PANDJIARJIAN, Valéria. **Os estereótipos de gênero nos processos judiciais e a violência contra a mulher na legislação,** disponível em <<http://www.cladem.org/portugues/regionais/Violenciadegenero/Docs/estereotp.doc>>

RIBEIRO, Jucélia S. B., **"Brincar de osadia":**sexualidade e socialização infanto-juvenil no universo de classes populares. Cad. Saúde Pública, vol.19, Rio de Janeiro, 2003

RIOS, Roger Raupp. **Para um direito democrático da sexualidade.** Horiz. antropol. vol.12, no.26, Porto Alegre, July/Dec. 2006.

RODRIGUES, Marlene Teixeira. **A prostituição no Brasil contemporâneo:** um trabalho como

outro qualquer? Rev. Katál, Florianópolis, v.12, n.1, p.68-76, jan./jun. 2009.

RODRIGUES, (_____). **O sistema criminal e a prostituição no Brasil contemporâneo: administração de conflitos, discriminação e exclusão.** Soc. estado. vol.19, n.1, Brasília, Jan./June 2004

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica.** Tradução: Christiane Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. New York: Columbia University Press, 1991.

TOMIYOSHI, Diana Tie. **O ECA e o combate à prostituição contra crianças.** 2003. 90 f. Monografia (Bacharelado em Direito) – Faculdades Integradas “Antonio Eufrásio de Toledo”, Presidente Prudente, 2003.

TORRES, G de V.; DAVIM, R.M.B.; COSTA, T.N.A. da. **Prostituição: causas e perspectivas de futuro em um grupo de jovens.** Rev. Latino-am. enfermagem, Ribeirão Preto, v.7, n.3, p.9-15, jul. 1999.